

Fernanda Ribeiro e Maria Elisa Cerveira, org.

I Congresso ISKO Espanha e Portugal

XI Congreso ISKO España

7 a 9 de novembro de 2013

Informação e/ou Conhecimento:
as duas faces de Jano

Atas



Faculdade de Letras da Universidade do Porto
CETAC.MEDIA
ISKO



Fernanda Ribeiro e Maria Elisa Cerveira, org.

I Congresso ISKO
Espanha e Portugal

XI Congreso ISKO España

7 a 9 de novembro

Informação e/ou Conhecimento:
as duas faces de Jano

Atas

Porto
Faculdade de Letras da Universidade do Porto
CETAC.MEDIA
2013

Ficha técnica:

Título: *Informação e/ou Conhecimento: as duas faces de Jano*

Autor: I Congresso ISKO Espanha e Portugal / XI Congreso ISKO España

Organização: Fernanda Ribeiro e Maria Elisa Cerveira

Edição: Faculdade de Letras da Universidade do Porto - CETAC.MEDIA

ISBN: 978-989-8648-10-5

Design e formatação: Ana Sofia Ramos

Apoios: Universidade do Porto / webQDA (Esfera Crítica Unip., Ld^a)

U. PORTO



O USO DA CLASSIFICAÇÃO NOS ARQUIVOS COMO INSTRUMENTO DE ORGANIZAÇÃO, REPRESENTAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO

FERNANDA RIBEIRO
Universidade do Porto - Faculdade de Letras / CETAC.MEDIA
fribeiro@letras.up.pt

Resumo Neste modesto ensaio procura-se discutir o interesse e a aplicação que tem tido a classificação no campo dos arquivos, tanto ao nível da organização intelectual da informação, numa estrutura hierarquizada de carácter orgânico-funcional, funcional ou temático, como ao nível da representação/recuperação da informação no que respeita ao seu conteúdo informacional.

Começando pela abordagem do conceito de ‘classificação’, passa-se seguidamente para uma análise de instrumentos de acesso à informação relativos aos arquivos portugueses, a qual permite perceber em que medida a classificação tem sido usada para o estabelecimento de quadros organizativos que conferem contexto à produção informacional dos organismos (indivíduos, famílias, coletividades) que geram o arquivo e de que modo esses quadros representam (ou não) com rigor científico a realidade informacional em análise.

Em complemento, discute-se a utilidade da classificação nos arquivos como instrumento para a representação, e consequente recuperação, do conteúdo informacional, permitindo um acesso transversal à informação, a par do acesso por produtores/autores proporcionado pelos quadros orgânico-funcionais.

Estabelecem-se ainda paralelismos, analogias e divergências com o uso de linguagens de indexação noutros sistemas de informação, nomeadamente as bibliotecas, onde as classificações temáticas têm uma aplicação generalizada desde finais do século XIX.

Palavras-chave Arquivo. Classificação. Estrutura orgânico-funcional.

Abstract This modest essay aims to discuss the interest and the use of classification in archives, either in what concerns intellectual organization of information, in a hierarchical structure of organic-functional or thematic type, or at information representation and retrieval level, regarding the informational content.

Starting by an approach to the concept of ‘classification’, we keep on analyzing the information access tools relative to Portuguese archives. This enables to understand how classification has been used in order to establish organizational schedules, which provide context to the informational production of the organisms (persons, families, corporate bodies) that generate the archives and how such schedules represent (or not) with scientific objectivity the informational reality being considered.

In complement, the utility of classification in archives is discussed as a tool for the representation, and afterwards the retrieval, of the informational content, making possible a transversal access to information, side by side with the access by creators/authors that the organic-functional schedules provide.

Comparisons, analogies and differences in what respects the use of indexing languages in other information systems, namely libraries, where subject classifications have a generalized application since the last decades of 19th century, are also established.

Keywords Archives. Classification. Organic-functional structure.

1 O conceito de ‘classificação’ na Organização do Conhecimento

Se consultarmos qualquer dicionário ou enciclopédia de carácter geral encontramos uma definição simples para o conceito de ‘classificação’, que se pode resumir em poucas palavras: ato ou operação intelectual que consiste em agrupar elementos, que têm algo (uma característica, uma propriedade) em comum, formando um conjunto ou uma classe. Classificar significa, portanto, formar classes de elementos com afinidades entre si e, simultaneamente, distingui-las de outras classes cujos elementos não têm as mesmas características. O sistema ordenado de classes e

subclasses, com relações entre si, formaliza-se através de um esquema de classificação, a que também é dado o nome de plano de classificação, quadro de classificação ou tabela de classificação.

Os esquemas classificativos clássicos assentam no princípio da divisão lógica, formulado desde a Antiguidade por Aristóteles e, posteriormente, retomado por outros filósofos e cientistas, como o foi o caso de Francis Bacon, que desenvolveu a célebre classificação das ciências, no século XVII, ou Leibniz e Comte que igualmente deram contributos importantes no domínio da classificação.

As classificações, utilizadas para fins de organização de informação, remontam ao tempo das civilizações pré-clássicas, e tinham por função, quer a arrumação/ordenação física dos suportes documentais, quer o agrupamento intelectual dos conteúdos ou sua representação meta-informacional, em função de determinados critérios (autores / produtores, títulos, assuntos...), com o objetivo final de permitirem localizar documentos e/ou informação. Definições de “classificação”, idênticas à que enunciámos atrás, encontram-se formuladas também em dicionários especializados de Ciência da Informação, dos quais podemos referir, a título ilustrativo, duas obras paradigmáticas, representativas do pensamento dominante nesta área do saber: o *Dictionnaire encyclopédique de l'information et de la documentation*, dirigido por Serge Cacaly (1997) e o *Diccionario enciclopédico de Ciencias de la Documentación*, editado por José López Yepes (2004). Nestes dois dicionários, nos verbetes dedicados à classificação, é traçada a sua evolução temporal e estrutural e das resenhas efetuadas podemos retirar algumas conclusões interessantes: por um lado, percebe-se que é a partir do século XIX, com Jacques-Charles Brunet, que podemos verdadeiramente falar em classificações bibliográficas – *dans le domaine bibliographique, c'est Brunet qui en 1804 instaure la première classification importante* (Dictionnaire, 1997:136) – e que a partir de finais dessa centúria irão surgir as grandes classificações enciclopédicas (enumerativas e, mais tarde, facetadas) com aplicação generalizada nas bibliotecas e centros de documentação, ao longo do século XX; por outro lado, torna-se evidente que, na discussão sobre a temática da classificação, não há quaisquer referências ao seu uso nos arquivos, parecendo consensual que esta é uma problemática própria das bibliotecas/documentação, excluindo-se, portanto, os arquivos da área da Organização do Conhecimento, em que a classificação tem um lugar de excelência.

No *Dictionnaire encyclopédique* dirigido por Serge Cacaly não há qualquer referência aos arquivos nos diversos verbetes dedicados à ‘classificação’ e às ‘classificações bibliográficas’. Em contrapartida, no *Diccionario enciclopédico*, coordenado por López Yepes, existe um verbeito específico, intitulado “clasificación de archivos”¹, do qual se depreende que a classificação nesta área é entendida mais como o estabelecimento de uma categorização em função de critérios vários (natureza do produtor da informação, âmbito geográfico dos arquivos, idade ou tipologia dos documentos que conservam, finalidade do serviço que prestam) do que como uma operação intelectual destinada a organizar/representar informação ou a organizar/ordenar documentos, colocando a classificação claramente fora do campo da Organização do Conhecimento. Atente-se no conteúdo do verbeito, que dispensa mais comentários:

Clasificación de archivos (A). Según quien produce el fondo documental: públicos y privados. Por su categoría o ámbito administrativo: locales, provinciales, regionales, de Comunidades Autónomas, y Generales. Según la edad de los documentos: oficina o gestión, central, intermedio e histórico. Por su finalidad: administrativos e históricos. Dependiendo el número de fondos documentales que custodien: singulares y múltiples. Algunos autores clasifican los archivos por su soporte o temática: cartográficos, audiovisuales, especiales, etc. (Diccionario, 2004: 321).

¹ Há, ainda, um verbeito intitulado “clasificación de fondos documentales de archivo” e outro sobre “clasificación funcional de series documentales ((Diccionario, 2004: 325).

Curiosamente, no *Dicionário do Livro*, da autoria de Maria Isabel Faria e Maria da Graça Pericão (2008), a problemática da classificação é abordada em toda a sua abrangência, no que toca às diversas áreas em que é usada, em relação com a documentação/informação – biblioteconomia, arquivística e proteção patrimonial de documentos – cabendo sem ambiguidade no campo da Organização do Conhecimento e não excluindo deste campo a aplicação da classificação em arquivos. Neste dicionário há 53 verbetes para entradas em que a primeira palavra é “classificação”, “classificador”, “classificar” ou “classificável”, mas é dentro do verbete genérico intitulado simplesmente “classificação”, que é feita referência ao seu uso nos arquivos. Depois de uma definição genérica (*conjunto ordenado de conceitos distribuídos sistematicamente em classes, formando uma estrutura; estruturação de conceitos em classes e subdivisões para exprimir as relações semânticas existentes entre eles* – Faria; Pericão, 2008:258), as autoras apresentam alguns enunciados mais operativos, claramente identificados com a Organização do Conhecimento, como por exemplo: *atribuição dos índices de um sistema de classificação a dados ou a documentos para facilitar a sua indexação, ordenação e recuperação; linguagem documental fundada na representação estruturada de um ou vários domínios do conhecimento em classes e na qual as noções e as suas relações são representadas pelos índices de uma notação* (Faria; Pericão, 2008:258). E, finalmente, concluem o verbete com o enunciado referente aos arquivos:

Em arquivística, componente intelectual da organização de arquivos, que consiste na elaboração de um quadro ou de um plano, tabela ou código baseado em critérios de estrutura orgânica, cronológicos, geográficos, temáticos, alfabéticos ou critérios de relações lógicas e sistemáticas agrupados segundo as suas semelhanças ou diferenças, possibilitando a localização da série ou dos itens dentro do plano, esquema, etc. (Faria; Pericão, 2008:258).

A partir dos exemplos enunciados é possível perceber que há entendimentos distintos sobre o conceito de classificação, embora a sua conotação com o campo da Biblioteconomia seja claramente dominante, se quisermos pensar a classificação na área da Organização do Conhecimento. Para corroborar esta afirmação, podemos ainda consultar o verbete sobre classificação, assinado por Hans H. Wellisch, que consta da *ALA world encyclopedia of library and information services* e no qual vemos muito nitidamente a perspectiva biblioteconómica que referimos. O autor apresenta de forma muito clara o conceito de classificação e enuncia as suas aplicações na organização da informação, nestes termos:

It is important to distinguish between three different meanings of the term **classification** in library practice: in its most literal and basic sense it is the act of **classifying** or **making a classification scheme** (the resulting scheme often being called a classification for short); second, it is the act of **classing** or assigning class marks to documents that indicate subject content; third, it is the resulting **physical arrangement** of documents (books or other materials) on shelves or the related but not necessarily identical arrangement of documents surrogates (catalogue entries) in a classified subject catalogue.

The first of these, making a classification scheme, is obviously the fundamental one, the others being dependent on it (Wellisch, 1986:200).

No mesmo verbete, Wellisch detém-se, especialmente, na questão dos esquemas de classificação, enunciando os seus elementos constituintes (tabelas, notação e índice alfabético) e analisa em particular os mais conhecidos sistemas de classificação bibliográfica: Dewey Decimal

Classification, Classificação Decimal Universal, Classificação Expansiva de Cutter, Library of Congress Classification, Bibliographic Classification, Colon Classification.

A perspectiva de que partimos para a discussão da classificação nos arquivos, como instrumento de organização, representação e recuperação da informação, emana, naturalmente, da visão integrada e unitária que é inerente à Ciência da Informação, pensada e praticada na Universidade do Porto. Não assumimos uma dicotomia arquivos/bibliotecas e, portanto, a componente técnica que se desenvolve no âmbito dos serviços e dos sistemas de informação, qualquer que seja o seu enquadramento orgânico (institucional, organizacional, familiar, pessoal...), só pode ser entendida como um conjunto de procedimentos relativos ao tratamento da informação, independentes do contexto de aplicação. Assim, a classificação é assumida como uma operação intelectual e técnica, que se traduz numa categorização/sistematização para fins organizativos e numa representação formal tendo em vista a recuperação da informação. No último ponto deste texto retomaremos esta ideia com maior desenvolvimento.

2 O uso da classificação nos arquivos

Em qualquer manual clássico de Arquivística, encontramos invariavelmente um capítulo dedicado à classificação, entendida como uma das componentes da “organização” dos arquivos. Anglo-saxónicos falam de “arrangement”, franceses de “classement”, espanhóis de “clasificación/ordenación”, enfim, é um tema obrigatório na formação e no trabalho quotidiano dos profissionais dos arquivos.

Antonia Heredia Herrera, no seu livro *Archivística general: teoría y práctica*, dedica um capítulo à classificação, considerando-a uma operação indissociável da ordenação, duas etapas essenciais na organização de um arquivo. Vejamos o que afirma:

Clasificar y Ordenar son dos actividades dentro de una más amplia que podemos llamar **Organización**, perfectamente diferenciadas y esenciales, en aras a la conservación de los documentos, de una parte, e indispensables para inventariar y catalogar, de otra (Heredia Herrera, 1989:181).

E num outro passo do mesmo livro:

La clasificación siguiendo el principio de procedencia precisa de su plasmación material en un esquema o cuadro que no es otra cosa que el andamio para sistematizar cada fondo en sus secciones y series. Habremos de distinguir siempre dos niveles o estadios: el primero se identifica con la estructura o funcionamiento de la institución (por ejemplo, su organigrama: órganos o funciones) y corresponde a las secciones y subsecciones o bien grupos o subgrupos; el segundo nivel equivale a las series documentales, es decir a los testimonios de actividades derivadas de aquella estructura (Heredia Herrera, 1989:187).

Depreendemos daqui que não estamos a falar de classificação de conteúdos / informação, na ótica da Organização do Conhecimento. Trata-se, antes, do uso da classificação numa perspectiva

orgânico-funcional, que tem em vista espelhar a estrutura e a atividade do organismo que produziu a informação, o que não deixa de ser uma vertente importantíssima da aplicação da classificação².

Esta visão da autora espanhola não se distancia do que é postulado pela Arquivística americana, fundada nos escritos de T. R. Schellenberg e seguida em diversos países, designadamente no Brasil, por consagrados autores, como é o caso de Heloísa Bellotto. Adotando a posição da Society of American Archivists (SAA), Bellotto discorre sobre a noção de “arranjo” (termo usado na Brasil para traduzir *arrangement*) e aceita a definição do glossário da SAA: *Arranjo é o processo e o resultado da organização de arquivos, documentos e manuscritos de acordo com princípios arquivísticos consagrados, particularmente o da proveniência, respeitando-se os seguintes níveis: arquivo, fundo, grupo ou seção, série, conjunto lógico dentro da série e documento* (Bellotto, 2004:140).

Uma outra obra de referência no campo da Arquivística é o manual de Carol Couture e outros autores, intitulado *Les Fonctions de l'Archivistique contemporaine*. Dez anos depois de Antónia Heredia, este autor pronuncia-se sobre a função da classificação nos arquivos, de forma muito semelhante à dela, defendendo também a perspectiva orgânico-funcional:

L'objectif de la classification est d'assurer que tous les documents sont rattachés à leurs fonds d'origine et qu'à l'intérieur de ce dernier ils sont classifiés dans l'ordre correspondant à celui que leur a donné leur créateur (...) C'est seulement dans ce contexte que le plan de classification fournit la preuve tangible de l'application du principe de respect des fonds d'archives. C'est par ce plan que seront identifiées les limites externes et la structure interne des fonds (Couture, 1999:221).

Porém, Couture também considera que o plano de classificação, expressão material da própria classificação enquanto operação intelectual, *constitue le premier instrument de repérage intellectuel des documents, facilitant de la sorte les démarches de recherche à des fins tant administratives qu'historiques. Son existence stabilise les processus de gestion de l'information en proposant un cadre de référence et en facilitant la confection ultérieure d'instruments de recherche spécifiques, tels que guides, répertoires, inventaires et index* (Couture, 1999:221).

Vislumbramos aqui uma aproximação à visão biblioteconómica, pela assunção de que a classificação é também um instrumento facilitador do acesso à informação, do mesmo modo que a Classificação Decimal Universal o é no contexto das bibliotecas/centros de documentação.

Apesar de em alguns autores, como o que acabámos de referir, se notar uma perspectiva menos custodial e mais voltada para o acesso, não concebendo a classificação como um mero instrumento de “arranjo” material dos documentos, a ideia dominante sobre a classificação continua a ser a que é veiculada pela Arquivística tradicional e que está consagrada e legitimada nos mais variados dicionários de terminologia desta área. A título de exemplo, vejamos, apenas, as sucintas definições de classificação existentes quer no *Dicionário de Terminologia Arquivística* português, quer no brasileiro:

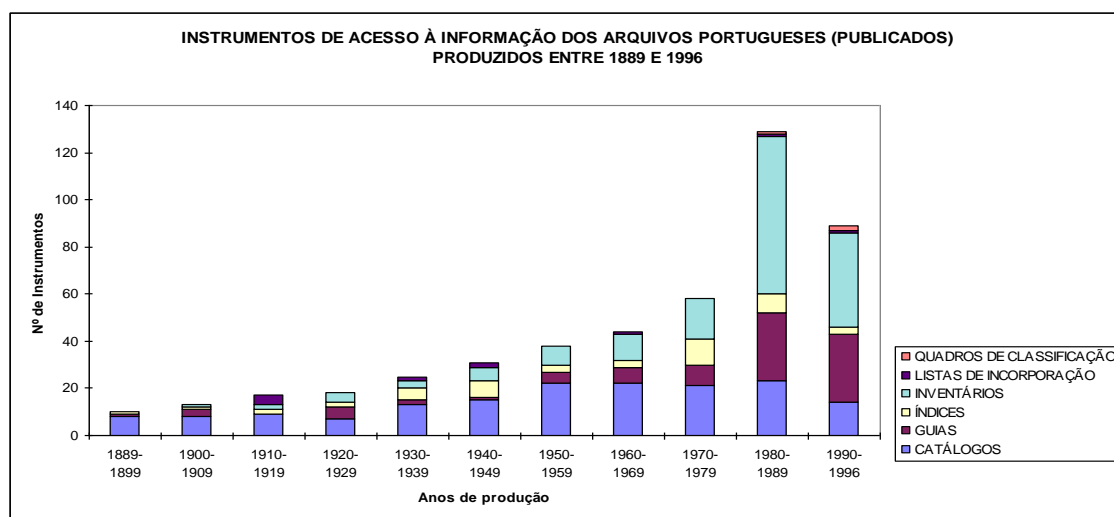
Classificação - componente intelectual da organização, que consiste na elaboração e/ou aplicação de um quadro ou de um plano de classificação (Alves, et al., 1993:20)

*Classificação - sequência de operações que, de acordo com as diferentes estruturas, funções e atividades da entidade produtora, visam a distribuir os **documentos** de um **arquivo*** (Dicionário, 1996:16).

² Sobre esta problemática veja-se o artigo que publicámos em 1998, procurando mostrar em que medida se diferencia o uso da classificação nos arquivos do que é comum nas bibliotecas e centros de documentação (Ribeiro, 1998).

Tendo em consideração este consenso sobre a definição de classificação, focada no seu uso para proporcionar o “arranjo” dos fundos arquivísticos, seria natural que tal conceção se plasmasse, de forma efetiva, na organização dos arquivos e na elaboração dos instrumentos de acesso à informação. No entanto, temos muitas dúvidas que assim seja, a avaliar pelo que foi a prática ao longo do século XX, como tivemos oportunidade de comprovar pela análise dos instrumentos de acesso referentes aos arquivos portugueses, publicados entre 1889 e 1996³.

No estudo que desenvolvemos há alguns anos atrás (Ribeiro, 2003), foram identificados 526 instrumentos de acesso, de diversas tipologias (ver Gráfico) que, depois de analisados na sua estrutura interna, revelaram uma grande falta de rigor na representação orgânico-funcional dos documentos e/ou dos arquivos objeto de análise, de descrição, de classificação e de indexação. Com efeito, já na altura havíamos considerado que uma conclusão importante a extrair após a análise das tipologias dos instrumentos de acesso à informação dos arquivos portugueses, que foram alvo de publicação, era a de uma evidente tendência para privilegiar a produção de instrumentos destinados a servir os interesses da investigação, especialmente, a histórica. Esta perspetiva conduziu necessariamente à elaboração de instrumentos muito parcelares face à realidade total dos arquivos a que se referiam e a uma valorização dos documentos como fontes de informação, mais do que como componentes de um todo orgânico-funcional, ou seja, o sistema de que faziam parte.



Afirmar que todo e qualquer instrumento de acesso à informação arquivística deve tornar inteligível o contexto de produção dos documentos é algo que os arquivistas aceitam como inquestionável. Porém, na prática, os instrumentos produzidos não seguem este princípio. Grande parte dos instrumentos que analisámos limitam-se a ordenar as unidades de descrição segundo um critério lógico (alfabético ou cronológico, na maioria dos casos) que, além de não traduzir a estrutura orgânico-funcional do arquivo, distorce a própria realidade arquivística, pois perde-se a compreensão do contexto em que as unidades arquivísticas descritas foram produzidas e organizadas.

A representação correta das unidades arquivísticas analisadas para efeito de um instrumento de acesso à informação só se consegue se a estrutura interna desse instrumento tiver como primeiro critério de ordenação das unidades de descrição, o da classificação orgânico-funcional. As rubricas da classificação, enquanto elementos ordenadores das unidades de descrição, funcionam também como pontos de acesso e possibilitam uma contextualização adequada dessas mesmas unidades.

Os instrumentos de acesso à informação dos arquivos portugueses, que escolhemos como objeto de estudo, foram analisados também no que toca à sua estrutura interna, tendo sido identificados diversos critérios de ordenação da informação descritiva: alfabético (cabendo aqui os

³ O estudo a que nos referimos foi objeto da tese de doutoramento que defendemos em 5 de fevereiro de 1999 e tem por título *O Acesso à informação nos arquivos* (Ribeiro, 2003).

subcritérios antroponímico, geográfico, ideográfico e onomástico), sistemático (classificação genérica, classificação temática ou orgânico-funcional), cronológico, numérico e topográfico. Destes critérios importa aqui relevar o sistemático, baseado no uso de uma classificação, isto é, sempre que a estrutura interna de um instrumento assenta na organização por grupos de unidades de descrição, enquadradas sob rubricas (ou classes). Tal classificação pode corresponder a um critério lógico de mera arrumação sem qualquer outra finalidade (classificação em sentido geral), pode resultar de uma sistematização por assuntos, (classificação temática) ou pode representar a estrutura orgânica e as funções arquivísticas (classificação orgânico-funcional).

Em função dos critérios de ordenação identificados em 443 instrumentos de acesso à informação foi possível identificar os critérios de ordenação que referenciámos, conforme a tabela seguinte:

CRITÉRIO DE ORDENAÇÃO	Nº DE INSTRUMENTOS
Alfabético	54
- Antroponímico	- 15
- Geográfico	- 43
- Ideográfico	- 4
- Onomástico	- 14 (Total: 130)
Classificação	74
- Classificação temática	- 10
- Classificação orgânico-funcional	- 38
	(Total: 122)
Cronológico	88
Numérico	20
Topográfico	83

A estes dados acresce ainda referir que, em 83 instrumentos não foi possível identificar qualquer critério de ordenação das unidades de descrição, pois a apresentação das mesmas no interior dos instrumentos parecia ser totalmente aleatória, não se descortinando qualquer lógica ordenadora.

Estes resultados são, sem dúvida, muito significativos e permitiram avançar algumas conclusões. O facto de só 38 instrumentos (7,2 %) apresentarem uma estrutura interna correspondendo à orgânica e às funções dos arquivos a que se referem é revelador da insuficiência e da inexactidão da grande maioria dos instrumentos de acesso à informação arquivística que foram publicados em Portugal. Tal facto pode ser justificado, por um lado, porque grande parte dos instrumentos não é da responsabilidade de arquivistas, mas de historiadores ou outros investigadores que procuram tornar acessível informação que conhecem e que está por divulgar,

sendo, portanto, natural, a falta de critérios arquivísticos nesses instrumentos; por outro lado, os limites cronológicos em que se situam abrangem épocas em que a Arquivística ainda não conhecia grande desenvolvimento do ponto de vista técnico e, muito menos, em termos teóricos. Contudo, posteriormente a 1980, podem-se contar 187 instrumentos e também nestes – correspondentes à época de maior desenvolvimento da Arquivística portuguesa – se verifica, de forma notória, uma deficiente representação da realidade em análise.

Do estudo empreendido concluiu-se, ainda, que quase todos os tipos de instrumentos se distribuía pelos diferentes critérios de ordenação, embora alguns tivessem maior expressão do que outros. Assim, os catálogos eram maioritariamente cronológicos e topográficos; os guias eram organizados, em maior quantidade, segundo um critério de classificação (mas não orgânico-funcional), embora os alfabéticos e geográficos também estivessem bastante representados; os índices onomásticos, antroponímicos, topográficos e cronológicos eram os que surgiam com maior representação; os inventários eram aqueles instrumentos em que mais se verificava uma estrutura interna de tipo orgânico-funcional, mas também eram usadas outras classificações e critérios de ordenação alfabética, geográfica ou topográfica para os estruturar.

No decorrer do corrente ano, voltámos a fazer uma recolha, por amostragem, dos instrumentos de acesso à informação dos arquivos portugueses, publicados entre 2010 e 2012, com o objetivo de verificar se as conclusões do nosso anterior estudo se podem considerar, ou não, desajustadas da realidade atual. Num conjunto de 30 instrumentos de acesso à informação foi possível verificar que apenas 9,6% apresentam uma classificação orgânico-funcional, na base da sua estrutura interna. Tal número, se bem que ligeiramente superior ao do estudo anterior, continua a ser revelador do insuficiente rigor com que os instrumentos de acesso à informação representam a realidade arquivística que elegem como seu objeto de análise.

Será esta constatação justificada pela visão paradigmática que ainda domina a Arquivística portuguesa e que prima pelo domínio da técnica em detrimento de uma postura científica, reflexiva e problematizante? A preocupação em “fazer” instrumentos de pesquisa sem uma análise prévia da realidade arquivística, que assenta na aplicação do método científico, tem levado, a nosso ver, a que o acesso à informação seja um fim em si mesmo e não a etapa final de um processo que pressupõe um conhecimento rigoroso do objeto que vai ser formalmente representado, com recurso a metadados, para que o contexto orgânico em que os documentos/informação foram produzidos e usados se torne inteligível para o utilizador que anseia por conseguir aceder, de forma eficiente, à informação que procura.

3 Classificar para organizar/arrumar *versus* classificar para representar/recuperar

Do atrás exposto, facilmente podemos concluir que o uso dado à classificação nos arquivos e nas bibliotecas tem sido distinto e com finalidades diversas, porque, na verdade, decorre de perspetivas também elas diferenciadas, sobre o modo como é vista a organização da informação. Nos arquivos, particularmente nos históricos, a visão é ainda muito custodial e voltada essencialmente para a organização dos documentos; nas bibliotecas, a questão do acesso à informação começou mais cedo a ser valorizada e, por isso, a classificação tem sido mais usada em prol da representação e da recuperação da informação. São duas funções distintas, mas complementares, que podem ser desempenhadas em qualquer sistema de informação, potenciando um melhor desempenho e uma maior eficácia do serviço prestado ao utilizador.

Considerando as duas dimensões essenciais que a classificação pode ter, podemos telegraficamente enunciá-las como segue:

- organizar / arrumar (fisicamente) documentos
- representar/recuperar informação

A primeira destas dimensões nos arquivos históricos tem estado, sobretudo, conotada com a organização intelectual da documentação, traduzindo-se na elaboração de quadros de classificação, que supostamente representam a estrutura orgânico-funcional da entidade produtora. Porém, como vimos atrás, nem sempre assim acontece, pois as mais das vezes são elaborados quadros de classificação temáticos ou funcionais e o contexto de produção informacional não se torna inteligível. A aplicação da classificação para arrumar fisicamente os documentos, dando-lhes uma organização física de tipo sistemático, não é de todo feita nos arquivos históricos, naturalmente porque a principal preocupação é a rentabilização do espaço nos depósitos e os fundos não se encontram em livre acesso.

Em contrapartida, nos arquivos ditos ‘correntes’, a ausência de quadros de classificação é notória, mas, por outro lado, são normalmente usados “planos de classificação” que visam não apenas a organização intelectual dos documentos, mas também a sua arrumação física, em dossiês ou pastas (físicas, colocadas em estantes ou eletrônicas, guardadas no computador). Estes planos são normalmente temáticos ou funcionais e têm aplicação, sobretudo, à correspondência e ao “expediente”, deixando de fora muita outra documentação produzida/acumulada pelas entidades produtoras.

As bibliotecas, por seu lado, aplicam a classificação com a finalidade de organização/arrumação, de forma bem diferente, privilegiando a sistematização física dos documentos, com vista à implementação do livre acesso, evitando assim o recurso ao catálogo como instrumento de mediação entre o utilizador e a informação. A organização dos acervos em livre acesso foi, e é cada vez mais, a razão primordial para o uso das grandes classificações universais, como a Dewey Decimal Classification (DDC) ou a Classificação Decimal Universal (CDU), apesar da reconhecida desatualização que tais esquemas classificativos revelam. Diferentemente dos arquivos, as bibliotecas usam a classificação para organizar/arrumar os documentos em função do seu conteúdo informacional e não em função da sua proveniência orgânica⁴. Mas esta diferença não põe em causa o uso da classificação como “ferramenta” fundamental para a organização do conhecimento e, em qualquer dos casos, justifica-se plenamente a sua utilização.

Considerando agora a segunda dimensão de aplicação das classificações – representar/recuperar informação – novamente detetamos diferenças substanciais entre a prática corrente nas bibliotecas e o que é usual nos arquivos. O surgimento das classificações bibliográficas remonta, como vimos, ao início do século XIX, altura em que surge a célebre Classificação de Brunet, mas é sobretudo a partir do desenvolvimento da DDC, em 1876, que podemos falar da classificação como linguagem de representação do conteúdo informacional ou, como hoje diríamos, linguagem de indexação de tipo categorial.

A literatura sobre as linguagens de indexação em geral é muito vasta e o consenso é pacífico entre os especialistas, podendo ser referidas, apenas a título ilustrativo, várias obras clássicas e de referência incontornáveis (Chaumier, 1982; Maniez, 1987; Slype, 1991; Campos, 2001; Gil Urdiciain, 2004). Sobre o caso particular das classificações há também bibliografia em abundância, quer sobre linguagens específicas (DDC, CDU, Library of Congress Classification, Bliss Classification, Colon Classification, ...), quer sobre teoria da classificação e questões gerais sobre o assunto (a título de exemplo veja-se, Simões, 2001). Nas bibliotecas e serviços de documentação, os catálogos sistemáticos têm larga tradição e, a partir dos anos 50 do século passado, começaram a ser complementados por outro tipo de instrumentos de acesso à informação baseados em linguagens vocabulares, combinatórias, de que os tesouros são a expressão mais típica. Índices de assuntos, bases de dados, catálogos de assuntos com uso de linguagens vocabulares têm uso generalizado e constituem os instrumentos absolutamente indispensáveis para a representação e a recuperação dos conteúdos temáticos dos documentos.

No mundo da Web, classificações e tesouros evoluíram para outras formas de expressão, como as ontologias, as taxonomias, os mapas de conceitos, as folksonomias, ... com vista a tornar a Web semântica uma realidade, sempre ao encontro das necessidades do utilizador, que hoje cada vez

⁴ Veja-se o artigo *A Classificação em arquivos: processo natural ou arranjo a posteriori?* (Ribeiro, 1998).

menos domina as linguagens herméticas dos bibliotecários e pretende pesquisar na sua linguagem natural, “googlando” e navegando pelo ciberespaço.

E nos arquivos? Como se processa o acesso aos conteúdos temáticos? Que linguagens são usadas e qual o papel da classificação neste domínio?

Há quase duas décadas atrás desenvolvemos um estudo sobre o uso de linguagens de indexação nos arquivos (Ribeiro, 1996) e, na altura, praticamente não existia bibliografia sobre o tema. Do inquérito que aplicámos nos arquivos portugueses, pudemos concluir que a indexação por assuntos era praticamente inexistente, aliás na linha do que havia concluído alguns anos antes o trabalho desenvolvido no Canadá pelo Bureau of Canadian Archivists (1992):

In the archival world, Lawrence Dowler suggests, there is some uncertainty “about the value and effectiveness of subject indexing; that is, [archivists] tend to think it is important, but have very little information about either how it is currently used or how it might be used”. Others have argued that subject indexing is of limited value to archivists, because, whereas books and articles are about something, archival records are part of personal or administrative transactions and, therefore, do not lend themselves to being subject indexed. Archival records are something, as distinct from being about something (Bureau..., 1992:35).

A idênticas conclusões chegaram também os participantes no seminário realizado em 1998, em San Miniato, Itália (I Soggetti, cop. 2000), um encontro pioneiro no que toca à discussão do acesso por assuntos nos arquivos.

Volvidos cerca de quinze anos, é legítimo que nos questionemos sobre o modo como evoluiu o tratamento da informação por assuntos nos arquivos e que nos interroguemos sobre como se tem processado a integração dos arquivos na sociedade digital e em rede em que nos movimentamos. Não se conhecem estudos de síntese que analisem esta problemática, mas o que podemos afirmar é que, nas últimas duas décadas e sob o efeito incontrolável da internet, os arquivistas se vêm pressionados a disponibilizar na Web os seus conteúdos e sofrem a pressão dos utilizadores que não querem ter de se deslocar às salas de leitura dos arquivos para consultar a informação de que necessitam. Por outro lado, cada vez mais o interesse dos utilizadores se foca na obtenção de informação sobre assuntos, independentemente de ela ser custodiada por uma biblioteca, um arquivo, um museu, uma instituição de memória de qualquer tipo. E também é inquestionável que a pesquisa sobre tão grande variedade de fontes de informação só é eficaz, se a meta-informação relativa aos conteúdos for criada, ou seja, as linguagens de indexação (incluindo aqui as classificações) continuam a ser indispensáveis independentemente da sua tipologia ou dos formatos utilizados serem mais ou menos interoperáveis.

Trata-se, pois, muito mais de representar e recuperar informação do que de organizar/arrumar documentos e, neste novo paradigma pós-custodial o acesso à informação está no cerne do trabalho e das preocupações dos profissionais da área. Percebe-se, assim, que deixa de fazer sentido usar a classificação e outras linguagens, de forma diferenciada nos arquivos e nas bibliotecas, e que a formação dos profissionais que vão exercer funções nestes dois tipos de serviços de informação (ou mesmo noutros organismos, como os museus, os centros de documentação e os serviços de gestão de informação nas mais variadas organizações) não tem qualquer justificação para ser distinta, muito menos no que toca à componente técnica da organização e representação da informação. Esta é também uma consequência natural que decorre da formação em Ciência da Informação, lecionada na Universidade do Porto, que assume a unidade epistemológica da área, sem separações artificiais ditadas pelas lógicas dos contextos profissionais (David et al., 2008; O Curso, 2011). Tal formação unitária visa capacitar profissionais/gestores de informação aptos a desempenhar a sua atividade em qualquer contexto organizacional, gerador de fluxo informacional

e, como tal, assume de forma integrada toda a componente técnica direcionada para a Organização do Conhecimento.

Referências

ALVES, Ivone [et al.] (1993) – *Dicionário de Terminologia Arquivística*. Lisboa : Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro. ISBN 972-565-146-4.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli (2004) – *Arquivos permanentes : tratamento documental*. 2.^a ed. rev. e ampliada. Rio de Janeiro : Editora FGV. ISBN 85-225-0474-1.

BUREAU OF CANDIAN ARCHIVISTS. Planning Committee on Descriptive Standards (1992) – *Subject indexing for archives : the report of the Subject Indexing Working Group*. [S. l.] : B. C. A. ISBN 0-9690797-7-X.

CAMPOS, Maria Luiza de Almeida (2001) – *Linguagem documentária : teorias que fundamentam sua elaboração*. Niterói : Editora da Universidade Federal Fluminense. ISBN 85-228-0319-6.

CHAUMIER, Jacques (1982) – *Analyse et langages documentaires : le traitement linguistique de l'information documentaire*. Paris : Entreprise Moderne d'Édition.

COUTURE, Carol [et al.] (1999) – *Les Fonctions de l'Archivistique contemporaine*. Sainte-Foy : Presses de l'Université du Québec. ISBN 2-7605-0941-9.

O Curso de Licenciatura em Ciência da Informação na U.Porto: dez anos de actividade pedagógica e científica (2011). Coord. António Castro [et al.]. Porto : Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Departamento de Jornalismo e Ciências da Comunicação; Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, Departamento de Engenharia Informática. ISBN 978-972-8932-75-6.

DAVID, Gabriel; AZEVEDO, Ana; RIBEIRO, Fernanda (2008) – *Dez anos de um curso em Gestão de Informação na U. Porto : lições aprendidas e caminho futuro. Páginas a&b : arquivos e bibliotecas*. Lisboa; Porto. ISSN 0873-5670. Série 2, 1, 85-102.

Diccionario enciclopédico de Ciencias de la Documentación (2004). Ed. José López Yepes. Madrid : Editorial Síntesis. ISBN 84-9756-258-5. 2 vol.

Dicionário de Terminologia Arquivística (1996). Coord. Ana Maria de Almeida Camargo, Heloísa Liberalli Bellotto. São Paulo : Associação dos Arquivistas Brasileiros, Núcleo Regional de São Paulo. ISBN 85-86137-01-4.

Dictionnaire encyclopédique de l'information et de la documentation (1997). Dir. Serge Cacaly. Paris : Éditions Nathan. ISBN 2-09-190528-3.

- FARIA, Maria Isabel; PERICÃO, Maria da Graça (2008) – *Dicionário do livro : da escrita ao livro electrónico*. Coimbra : Almedina. ISBN 978-972-40-3499-7.
- GIL URDICIAIN, Blanca (2004) – *Manual de lenguajes documentales*. 2.ª ed. revisada y ampliada, Gijón : Ediciones Trea. ISBN: 84-9704-138-0.
- HEREDIA HERRERA, Antónia (1989) – *Archivística general : teoria y práctica*. Sevilla : Diputación Provincial. ISBN 84-7798-008-X.
- MANIEZ, Jacques (1987) – *Les Langages documentaires et classificatoires : conception, construction et utilisation dans les systèmes documentaires*. Paris : Les Éditions d'Organisation. ISBN 2-7081-0833-6.
- RIBEIRO, Fernanda (1996) – *Indexação e controlo de autoridade em arquivos*. Porto : Câmara Municipal, Departamento de Arquivos. ISBN 972-605-041-3.
- RIBEIRO, Fernanda (1998) – *A Classificação em arquivos : processo natural ou arranjo a posteriori? Leituras : revista da Biblioteca Nacional*. Lisboa. ISSN 0873-7045. Série 3. 2 (out. 1997-abr. 1998) 119-126.
- RIBEIRO, Fernanda (2003) – *O Acesso à informação nos arquivos*. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Ministério da Ciência e do Ensino Superior. ISBN 972-31-1017-2. 2 vol.
- SIMÕES, Maria da Graça (2011) – *Classificações bibliográficas: percurso de uma teoria*. Coimbra : Almedina. ISBN 978-972-40-4608-2.
- SLYPE, Georges van (1991) – *Los Lenguajes d'indización : concepción, construcción y utilización en los sistemas documentales*. Trad. del francés Pedro Hípola, Félix de Moya. Madrid, Salamanca : Fundación Germán Sánchez Ruipérez. ISBN 84-86168-60-0.
- I Soggetti e altri apparati di indicizzazione in archivistica : ipotesi di lavoro : atti dello stage organizzato a San Miniato il 12-13 febbraio 1998 (cop. 2000)*. A cura di Monica Pierulivo e Roberto Cerri. San Miniato : Archilab.
- WELLISCH, Hans H. (1986) – *Classification*. In *ALA world encyclopedia of library and information services*. 2nd ed. Chicago : American Library Association; London : Adamantine Press Limited. ISBN 0-7449-0003-4. p. 199-205.